

Ata n.º 18/2026

Reunião Ordinária de 13 de agosto de 2026

Ao décimo terceiro dia do mês de agosto do ano dois mil e vinte seis, pelas nove horas e trinta minutos, no salão nobre do edifício dos Paços do Município de Santa Cruz da Graciosa, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, estando presentes os Senhores: António Manuel Ramos dos Reis, Presidente da Câmara, Bruno Alexandre Teixeira da Silveira, Vice-Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Paulo Jorge Leite da Cunha, o Senhor Vereador Ricardo Bettencourt Ramalho e a Senhora Vereadora Lara Isabel Freitas Sousa.

Período antes da Ordem do dia

O Senhor Presidente deu início à reunião cumprimentando os senhores Vereadores. Tendo em conta o disposto no n.º 5 do art.º 5º do Regimento da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, aprovado em Reunião ordinária a 06 de novembro de 2025, aditou-se à Ordem do Dia o ponto, ao qual se atribui o n.º 95. De seguida foi dado conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria, referente ao dia 29 de julho, que acusava o seguinte saldo: Operações orçamentais 3.928.939,76€ e Operações não orçamentais 1748,61€.

O Senhor Presidente António Reis manifestou o seu agradecimento a todos os colaboradores do Município, à ASCIG, à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa, entidades governamentais envolvidas e aos voluntários que contribuíram para a realização das Festas em Honra do Senhor Santo Cristo dos Milagres, reconhecendo o empenho, a dedicação e a disponibilidade demonstrados por todos os envolvidos na preparação, montagem e apoio ao evento. Salientou que o trabalho conjunto destas entidades e de todos os voluntários foi fundamental para o sucesso das festividades, deixando expresso o seu reconhecimento e agradecimento. O Senhor Vereador Paulo Cunha, relativamente às Festas em Honra do Senhor Santo Cristo dos Milagres, questionou se o Senhor Presidente tem a intenção de demonstrar o descontentamento da Câmara Municipal face ao serviço prestado pela companhia aérea, nomeadamente em relação aos cancelamentos verificados e aos constrangimentos causados pela reprogramação de voos. O Senhor Presidente respondeu que partilha da preocupação manifestada e descontentamento relativamente à programação e às alterações efetuadas, considerando que a mesma não foi a mais eficaz para responder às necessidades verificadas durante este período. Referiu ainda que todas as pequenas situações que foram preciso resolver foram atendidas pelo Conselho de Administração, o que demonstra a vontade de colaborarem. Adiantou que entre os dias 5 e 9 de agosto, desembarcaram na ilha mais de 1.300 passageiros, tendo-se realizado mais de 20 voos. Acrescentou que, apesar do esforço desenvolvido, continua a verificar-se a operação de aeronaves Dash 200, situação que considera representar um risco acrescido para a regularidade da operação aérea, atendendo às limitações e avarias conhecidas deste tipo de equipamento. O Senhor Vereador Paulo Cunha referiu, relativamente ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) na área da Habitação, que foi finalmente admitido que não será possível concretizar o investimento inicialmente perspectivado, para além dos apoios associados à elaboração da Estratégia Local de Habitação. Considerou que a ilha deixará de beneficiar de um investimento estimado em cerca de 15 milhões de euros, valor que, na sua opinião, representaria uma oportunidade única para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições habitacionais. O Senhor Presidente respondeu que, quando o atual executivo iniciou funções, não

existia qualquer Estratégia Local de Habitação elaborada pelo Município, nem estavam reunidas as condições necessárias para a apresentação de candidaturas aos programas de financiamento disponíveis, nomeadamente a legalização dos Bairros Municipais. Referiu que foi o atual executivo que promoveu a elaboração da Estratégia Local de Habitação, criando assim os instrumentos indispensáveis para permitir o acesso aos apoios e programas de financiamento na área da habitação, que serão efetuadas através do 1º Direito, Programas do Governo Regional dos Açores e fundos próprios do município. Afirmou que a limitação da mão de obra existente na ilha também dificulta a execução deste tipo de investimentos, situação comprovada, por diversos procedimentos concursais que ficaram desertos. Acrescentou que o Município desenvolveu todos os procedimentos necessários com vista à apresentação das candidaturas e à concretização dos investimentos previstos, no âmbito das oportunidades de financiamento então existentes e irá continuar a trabalhar nesse sentido. O Senhor Vereador Paulo Cunha questionou o Senhor Presidente sobre se existiam novidades relativamente ao processo da Casa da Lavoura. O Senhor Presidente respondeu que, à presente data, não dispõe de qualquer novidade relativamente à Casa da Lavoura, mantendo-se a situação sem desenvolvimentos dignos de registo desde a última informação prestada ao executivo. Afirmando ainda que irá abordar o Presidente do Governo Regional dos Açores, sobre essa questão. O Senhor Vereador Paulo Cunha informou que contactou o proprietário do terreno localizado junto à Escola Primária de Santa Cruz, tendo o mesmo manifestado disponibilidade para encetar negociações. O Senhor Presidente agradeceu a informação prestada e referiu que o Município dará seguimento ao assunto, promovendo os contactos necessários com o proprietário, com vista à análise das condições de uma eventual aquisição do terreno. O Senhor Vereador Ricardo Ramalho referiu a situação da Associação de Músicos da Ilha Branca, salientando a necessidade de realização de obras no edifício utilizado pela associação. O Senhor Presidente manifestou concordância com a necessidade das intervenções referidas, afirmando que irão avançar, mediante disponibilidade dos serviços. O Senhor Vereador Ricardo Ramalho referiu a situação da Serra das Fontes, salientando que, apesar de o espaço ter sido objeto de reflorestação, lhe foi transmitido por trabalhadores que ali exercem funções que a manutenção do local não estará a ser efetuada com a regularidade necessária. Questionou, por isso, o executivo sobre o acompanhamento e conservação daquela área. O Senhor Presidente esclareceu que a manutenção da Serra das Fontes continua a ser realizada pelos serviços, de acordo com as orientações e planeamento definidos para o efeito, encontrando-se os trabalhos de conservação e acompanhamento em curso. Afirmou ainda que será elaborada vedações de proteção das espécies. Relativamente ao robot corta-mato adquirido pelo Município, questão igualmente suscitada pelo Senhor Vereador Ricardo Ramalho, o Senhor Presidente informou que o referido equipamento tem vindo a ser utilizado noutras situações e intervenções consideradas prioritárias pelos serviços municipais. O Senhor Vereador Ricardo Ramalho abordou a questão do transporte de crianças assegurado pela Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia, questionando sobre o apoio financeiro a atribuir pelo Município para esse efeito. Acrescentou que, na sua opinião, este tipo de apoio deveria ser formalizado através de protocolo, por forma a definir de forma clara os direitos e obrigações de cada entidade envolvida. O Senhor Presidente concordou com a sugestão apresentada, considerando que a celebração de um protocolo constitui um instrumento adequado para enquadrar este tipo de apoios, estabelecendo de forma clara as responsabilidades das partes e as condições de atribuição do apoio municipal. O Senhor Vereador Ricardo Ramalho, no uso da palavra, voltou a pronunciar-se sobre a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no concelho, salientando que, de acordo com os dados de que dispõe, o Município apresenta o terceiro pior resultado a nível nacional, informação obtida pelo Senhor Vereador no jornal Eco. Considerou que a execução dos investimentos associados ao PRR no âmbito Regional, Municipal e até Privado, foi muito

insatisfatória, classificando-a como uma execução péssima, e manifestou preocupação pelos impactos que essa situação poderá ter no desenvolvimento do concelho. O Senhor Presidente afirmou que, conforme já havia referido anteriormente, o Município pretende dar continuidade à execução da Estratégia Local de Habitação, aprovada no âmbito do PRR, recorrendo aos mecanismos de financiamento disponíveis através do programa 1.º Direito, a apoios governamentais e, sempre que necessário, a recursos próprios do Município. Acrescentou que o objetivo do executivo é prosseguir a implementação das medidas previstas na estratégia, procurando assegurar respostas às necessidades habitacionais identificadas no concelho. O Senhor Vereador Paulo Cunha questionou para quando está prevista a realização das obras de remodelação das casas de banho da Casa do Povo de Guadalupe, situação identificada no âmbito das Festas de Nossa Senhora de Guadalupe. No uso da palavra o Senhor Presidente afirmou que a gestão daquela casa de banho é da referida instituição, e que a Junta de Guadalupe dispõe no Jardim Tomás Picanço, uma das melhores instalações sanitárias públicas no concelho. O Senhor Presidente respondeu que o Município irá avançar com a atribuição do apoio necessário para a concretização da intervenção. O Senhor Vereador Paulo Cunha referiu a necessidade de serem efetuadas algumas melhorias no Coreto situado na Praça Fontes Pereira de Melo, em Santa Cruz, por forma a valorizar aquele espaço. Mais referiu a existência de preocupações relacionadas com a segurança no parque infantil ali localizado, atendendo à circulação de viaturas nas imediações, entendendo que deverão ser analisadas medidas que reforcem a proteção das crianças e a segurança dos utilizadores daquele espaço. O Senhor Presidente agradeceu as observações apresentadas e informou que as situações referidas serão analisadas pelos serviços municipais competentes, quer no que respeita às melhorias a introduzir no Coreto da Praça Fontes Pereira de Melo, quer relativamente às condições de segurança na área envolvente ao parque infantil, com vista à eventual implementação de soluções adequadas. O Senhor Vereador Paulo Cunha questionou se existe alguma intervenção prevista para o Parque de Campismo do Carapacho, bem como para o Porto Comercial da Praia, um dos pontos de entrada na ilha, que carece de atenção. O Senhor Presidente respondeu que teve conhecimento de antepropostas de projetos promovidos pelo Governo Regional para aquelas infraestruturas. Contudo, informou não dispor, à presente data, de mais informações sobre o desenvolvimento dos referidos projetos, nem sobre prazos ou eventuais datas para a concretização de intervenções, indo abordar a referida questão junto do Governo Regional. O Senhor Presidente efetuou ainda uma breve intervenção para felicitar a Junta de Freguesia da Luz pelas recentes intervenções realizadas no Parque de Campismo, considerando que as mesmas contribuíram para a melhoria e valorização do espaço. Registou, assim, o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por aquela autarquia de freguesia.

Ordem do dia

1 – AGRAPROME- Participação no Azores Hybrid Race- Pedido de Apoio.

Foi apresentado pelo Senhor Presidente, a proposta de atribuição de um subsídio no valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros), à AGRAPROME, destinado a comparticipar as despesas inerentes à participação de uma equipa na prova Azores Hybrid Race, a realizar a 15 de outubro. Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

2 – Constituição de Compropriedade- Arlindo Manuel Picanço Bettencourt.

De acordo com o n.º 1 do artigo 54º da lei n.º nº91/95, de 02 de setembro, na sua atual redação, a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer da Câmara Municipal do local da situação dos respetivos prédios.

Desta forma o Senhor Presidente colocou a votação o Requerimento de Arlindo Manuel Picanço Bettencourt (MGD n.º 2477, de 16 de julho de 2026) com os parecer interno da DUOFDS com o MGD n.º 1591, localizado no Caminho Manuel Gaspar- Freguesia de Guadalupe com CRP (Caderneta Predial Rústica) sob o n.º 5609/20150803, sob o artigo matricial n.º 4113, o qual foi aprovado por maioria com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, deliberar o pedido como favorável, condicionado ao não fracionamento físico do prédio.

3 – Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia – Atribuição de apoio.

Antes da apreciação do ponto n.º 3 da Ordem do Dia, intitulado "Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia – Atribuição de apoio", o Senhor Presidente propôs a sua retirada, fundamentando que se revela necessária uma reapreciação dos pressupostos e elementos subjacentes à proposta de atribuição do apoio financeiro. Colocada à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o referido ponto da Ordem do Dia, ficando a sua apreciação adiada para reunião posterior. A fundamentação da retirada fica registada na presente ata, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Regimento da Câmara Municipal.

4 – Cedência de Moradia na Rua Vasco Gil Sodré.

O Senhor Presidente apresentou a proposta para que, em face do Relatório Social elaborado pelo Departamento de Ação Social do Instituto da Segurança Social dos Açores, ISSA NAS, que poderá ser consultado na DAF, assim como, a data de inscrição na listagem de munícipes inscritos para arrendamento social, seja atribuída a moradia acima referida a Rui Jorge Lima Bettencourt. Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

5 – Obras Particulares.

Ao abrigo das competências específicas estabelecidas pelo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), nomeadamente as descritas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º, para efeito do cumprimento do previsto no artigo 23.º, todos do referido diploma legal, com base nos pareceres técnicos analisados, pela Divisão de Urbanismo, Obras, Fiscalização e Desenvolvimento Socioeconómico desta Autarquia, a Câmara Municipal deliberou sobre os seguintes processos de obras particulares sujeitos a licenciamento municipal:

Foi aprovado por unanimidade indeferir o projeto de arquitetura, referente à obra descrita no processo LIC n.º 24/2026, de 27 de maio, com vista a construção de habitação, requerido por Fernando Rui Picanço da Cunha (e) Cátia Espínola Sousa, obra sita em Rua Infante D. Henrique, Freguesia de Santa Cruz da Graciosa, Concelho de Santa Cruz da Graciosa, na sequência de parecer desfavorável ao Projeto de Arquitetura/MGD n.º 1599.

Foi aprovado por unanimidade indeferir o projeto de arquitetura, referente à obra descrita no processo LIC n.º 28/2025, de 26 de agosto, com vista a legalização de obra de alteração de moradia unifamiliar, requerido

por Agostinho Manuel de Melo Picanço, obra sita em Charco do Boga, n.º 197, Freguesia de Guadalupe, Concelho de Santa Cruz da Graciosa, na sequência de parecer desfavorável ao Projeto de Arquitetura/MGD n.º 1636.

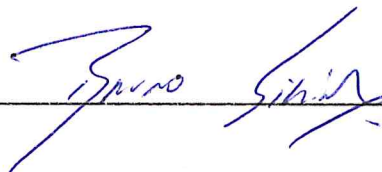
Foi aprovado por unanimidade indeferir o projeto de arquitetura, referente à obra descrita no processo LIC n.º 29/2026, de 29 de junho, com vista a reabilitação de moradia, requerido por David Reis & Beatriz Bettencourt, Lda., obra sita em Rua da Igreja, n.º 2, Freguesia da Luz, Concelho de Santa Cruz da Graciosa, na sequência de parecer desfavorável ao Projeto de Arquitetura/MGD n.º 1644.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

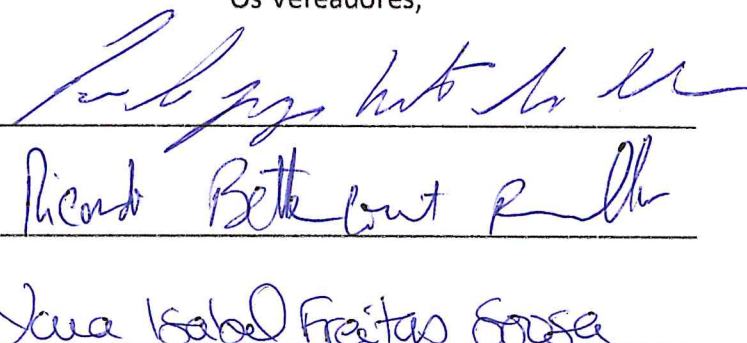
O Presidente da Câmara,



O Vice-Presidente da Câmara,



Os Vereadores,



Ricardo Bettencourt

Jana Isabel Freitas Sousa

A Técnica Superior,

